



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003601-77.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **VALDOMIRO CARLOS VIEIRA**
 Requerido: **ARNALDO CESAR FERREIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja à sustação de protesto de cheque cuja emissão reconheceu ter realizado.

O fundamento da ação consiste na má prestação de serviços contratados ao réu e que renderem ensejo àquela cártula.

O réu refutou em contestação os fatos invocados pelo autor, salientando que obrou corretamente quanto ao que lhe foi solicitado pelo mesmo.

Diante da divergência, é certo que tocava ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil, mas ele não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou sequer indícios que respaldassem sua versão.

Como se não bastasse, as partes deixaram claro a fl. 19 que não tinham interesse no alargamento da dilação probatória.

A conjugação desses dados conduz à rejeição da pretensão deduzida, não tendo o autor logrado desconstituir os atributos inerentes ao cheque em apreço ou patenteado a falha que atribuiu ao réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 11, item 1, comunicando-se.

P.R.I.

São Carlos, 11 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**